

Com Brasil

Expectativa com o destino do dinheiro

por Ângela Bittencourt
de São Paulo

A nova equipe econômica herdou uma pesada e peculiar herança de difícil administração. Há consenso de que as medidas tomadas há quase 15 meses — na tentativa de estabilizar a economia — conseguiram desviar o País da rota da hiperinflação. No entanto, questões consideradas graves na economia brasileira — como a distribuição de renda ou garantia de financiamento de longo prazo para investimentos produtivos — não foram solucionadas. “Apesar da controvérsia, as medidas que mudaram o perfil da economia tiraram a hiperinflação da nossa porta, mas ela ainda está no quintal”, diz Álvaro de Souza, superintendente do Banco Crefisul.

Além da necessidade urgente de assegurar estabilidade nos preços, resta como herança negativa uma histórica desordem jurídica e incerteza quanto ao grau de credibilidade dos investidores nos ativos financeiros. O achatamento dramático da poupança financeira do País — que há 14 meses varia de 12 a 13% do PIB contra um índice superior a 80% nos países mais desenvolvidos — foi

decisivo para destruir o cenário da hiperinflação, favorecer a posição do Tesouro com o corte brutal da dívida mobiliária. Mas, em contrapartida, as vendas deixaram de dar fôlego à produção com quedas históricas no índice do nível de atividade da FIESP que — de março de 1990 a março de 1991 — variou a cada mês de 9,2 a 22,3%.

Um dos grandes desafios da nova equipe será gerenciar uma parcela gigantesca do patrimônio privado — equivalente a US\$ 25 bilhões em depósitos em cruzados junto ao BC — de forma a aproveitar esta moeda equivalente a 48% da poupança financeira do País no esforço do desenvolvimento. O sistema financeiro acredita que — ladeado pelo mercado de capitais — terá aí um papel importante. “No entanto”, resume Oswaldo de Assis Filho, diretor adjunto do Banco Planibanc, “o destino de qualquer dinheiro depende fundamentalmente do grau de convencimento dos agentes financeiros quanto à estabilidade das regras e de credibilidade na disposição do governo e de seu poder em manter os preços sob controle.”

(Ver páginas 30 a 34)